

Agrupamento de Escolas

Dr.ª Laura Ayres



Regulamento Interno - Anexo IV

*Regulamento das **F**ormações **M**odulares*

2011/2015

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1. As formações modulares obedecem aos referenciais de competências e de formação associados às respetivas qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações e são agrupados por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.
2. As formações modulares são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais de uma qualificação constante no Catálogo Nacional de Qualificações e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada, caracterizados pela adaptação a diferentes modalidades de formação, públicos-alvo, metodologias, contextos formativos e formas de avaliação.

Artigo 2.º

Destinatários

1. As formações modulares destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário.
2. A formação modular pode ainda abranger formandos com idade inferior a 18 anos, que pretendam elevar as suas qualificações, desde que, comprovadamente inseridos no mercado de trabalho ou em centros educativos, nos termos da legislação aplicável a estes centros.

Artigo 3.º

Requisitos de acesso

1. A frequência de unidades de formação de curta duração inseridas em percursos de nível básico dirige-se, prioritariamente, a adultos com níveis de habilitação escolar inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico.
2. O acesso a unidades de formação de curta duração inseridas em percursos de nível secundário, exige uma habilitação escolar de, pelo menos, o 3.º ciclo do ensino básico.
3. O acesso a unidades de formação de curta duração inseridas em percursos pós -secundários não superiores, bem como a respetiva organização, gestão, funcionamento e avaliação e certificação, são reguladas no âmbito da legislação aplicável aos cursos de especialização tecnológica, nos termos do previsto no n.º 5 do artigo 9.º do decreto-lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro.

Artigo 4.º

Organização da formação modular

1. A organização curricular das formações modulares realiza-se, para cada unidade de formação, de acordo com os respetivos referenciais de formação constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, podendo corresponder a unidades da componente de formação de base, da componente de formação tecnológica, ou a ambas.

Artigo 5.º

Constituição dos grupos de formação

1. Os grupos de formação não podem, em nenhum momento, ser constituídos por um número inferior a 26 formandos e superior a 30, de acordo com as necessidades de formação evidenciadas e os interesses pessoais e profissionais manifestados pelos adultos.
2. O limite máximo definido no número anterior pode ser ultrapassado pela escola, em situações excecionais e por razões devidamente fundamentadas.
3. Os formandos podem inscrever-se, simultaneamente, em diferentes formações, desde que os horários sejam compatíveis para a frequência das mesmas.

Artigo 6.º

Contrato de formação e assiduidade

1. O adulto celebra com a escola sede do agrupamento um contrato de formação, no qual devem ser claramente definidas as condições de frequência na formação modular, nomeadamente quanto à assiduidade e à pontualidade.
2. Para efeitos de conclusão da formação modular com aproveitamento e posterior certificação, a assiduidade do formando não pode ser inferior a 90 % da carga horária total.
3. Sempre que o limite estabelecido no número anterior não for cumprido, cabe à escola, nos termos do artigo seguinte, apreciar e decidir, casuisticamente, sobre as justificações apresentadas pelo adulto, bem como desenvolver os mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos inicialmente definidos.

Artigo 7.º

Justificação de faltas

1. São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:

a) Doença do formando, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação ou pelo aluno quando maior de idade quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de caráter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;

b) Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;

c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar, previsto no regime de contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;

d) Nascimento de filho ou de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;

e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;

f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;

g) Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, de acordo com a legislação em vigor;

h) Atividade profissional do adulto, desde que devidamente comprovada pela entidade patronal;

i) Ato decorrente da religião professada pelo formando, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;

j) Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;

k) Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;

l) Cumprimento de obrigações legais que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;

m) Outro facto impeditivo da presença na escola/estabelecimento, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao formando ou seja, justificadamente, considerado atendível pelo coordenador;

n) Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades do agrupamento, relativamente às áreas de formação não envolvidas na referida visita;

o) É considerado serviço oficial sempre que o formando se ausente da escola/estabelecimento em representação da mesma ou em atividades letivas no exterior, devidamente autorizadas.

Artigo 8.º

Avaliação

1. O processo de avaliação compreende:

a) A avaliação formativa, que se projeta sobre o processo de formação, permitindo obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias pedagógicas;

b) A avaliação sumativa, que tem por função servir de base de decisão sobre a certificação.

2. Os critérios de avaliação formativa são, nomeadamente: a participação, a motivação, a aquisição e a aplicação de conhecimentos, a mobilização de competências em novos contextos, as relações interpessoais, o trabalho em equipa, a adaptação a uma nova tarefa, a pontualidade e a assiduidade.

3. A avaliação sumativa é expressa nos resultados de *Com aproveitamento* ou *Sem aproveitamento*, em função do formando ter ou não atingido os objetivos da formação.

Artigo 9.º

Certificação

1. Para efeitos de certificação conferida pela conclusão de uma unidade de competência ou de formação de curta duração, o formando deve obter uma avaliação com aproveitamento.

3. Para que se possa proceder à emissão dos certificados, devem os formadores entregar, nos serviços administrativos e no final da lecionação de cada unidade de formação, uma proposta de certificação na qual constem todos os nomes dos formandos com direito a certificação e o registo de avaliação de cada formando.

Aprovado em sede de reunião do Conselho Geral Transitório realizada em 13 de dezembro de 2011

A Presidente do Conselho Geral Transitório

- Teresa Silva Carvalho -

Revisto em sede de reunião do Conselho Geral realizada em 26 de julho de 2012

A Presidente do Conselho Geral

- Teresa Silva Carvalho -

Revisto em sede de reunião do Conselho Geral realizada em 12 de dezembro de 2012

A Presidente do Conselho Geral

- Teresa Silva Carvalho -